

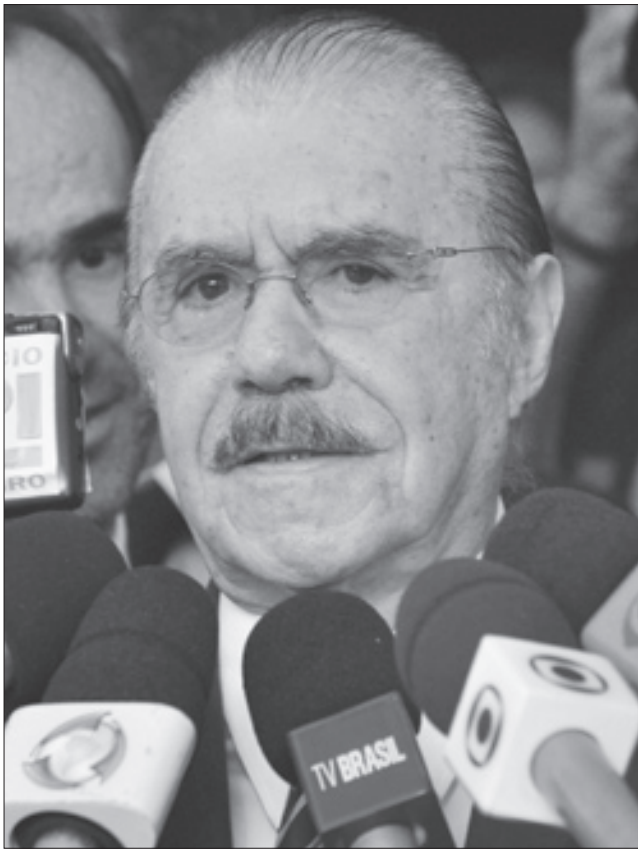
Senado elege novo presidente e define agenda de votações

O Senado escolhe seu novo presidente nesta segunda-feira. Até o fechamento desta edição, a disputa

pela sucessão de Garibaldi Alves permanecia indefinida entre os senadores José Sarney e Tião Viana.

Lideranças partidárias falam ao **Jornal do Senado** sobre os rumos e a agenda da Casa para 2009.

FOTOS: GERALDO MAGELA



Com desistência de Garibaldi Alves (C), José Sarney (E) se lançou candidato à Presidência do Senado e obteve apoio do PMDB, do DEM e do PTB; Tião Viana obteve apoio do PT e do PSDB

páginas 2, 6 e 7

Orçamento: Delcídio defende emendas do Congresso

página 5

interlegis

Parlamento da Guiné-Bissau recebe apoio do Senado

página 8

turismo cívico

Congresso recebeu quase 150 mil visitas em 2008

página 9

fórum social

Junto a colegas latino-americanos, Lula critica mercado

página 8

diplomacia

Ministro pode ser convidado a explicar caso Battisti na CRE

página 3

cidadania

Usuário já é dono do número do seu próprio telefone

O Brasil se junta a outros 39 países que já permitem que os clientes mantenham o seu número de telefone ao mudar de operadora ou de endereço. Em 2 de março, a portabilidade deverá estar disponível para 175 milhões de usuários de telefones fixos e celulares.

página 11

e mais...

ambiente legal	4
agora é lei	5
voz do leitor	11
frases	11
pergunte ao senador	12





GERALDO MAGELA

Garibaldi Alves entregará o cargo de presidente do Senado – e do Congresso – ao novo titular na manhã desta segunda

Congresso inicia ano legislativo nesta segunda

Presidente do Senado será eleito pela manhã. À tarde, na qualidade de presidente do Congresso, ele abrirá os trabalhos legislativos do ano

Após a eleição do novo presidente do Senado, na manhã desta segunda-feira (veja abaixo), o Congresso realizará sessão solene de instalação dos trabalhos legislativos da 3ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, com início previsto para as 16h.

O recém-eleito presidente do Senado chegará ao Palácio do Congresso – que também é presidido por ele – e participará da cerimônia de hasteamento das bandeiras das duas Casas, da salva de tiros, da execução do

Hino Nacional e fará a revista às tropas.

Depois de subir a rampa, o novo presidente do Congresso será recepcionado pelos secretários-gerais e diretores da Câmara e do Senado. Na sequência, o novo presidente irá se encontrar, já na entrada do Salão Nobre, com o presidente da Câmara, também eleito na manhã desta segunda-feira, e com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, além de líderes partidários nas duas Casas.

No Plenário da Câmara, o pre-

sidente do Congresso abre oficialmente a sessão. Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil e portadora da mensagem do presidente da República, será conduzida à Mesa, composta ainda pelos presidentes do STF e da Câmara, além do 1º secretário da Mesa do Congresso. O presidente do Congresso receberá as mensagens do STF e da Presidência, que serão lidas pelo ministro Gilmar Mendes e pelo 1º secretário da Mesa. Discursam o presidente da Câmara e o do Congresso e a sessão é declarada encerrada.

Sem acordo, eleição deve ser decidida no voto

O ano legislativo começa no Senado com uma sessão nesta segunda-feira para eleger o novo presidente da Casa para os próximos dois anos. Está marcada para as 10h a reunião preparatória, assim chamada porque a eleição do presidente e dos demais integrantes da Mesa diretora é pré-requisito para dar início aos trabalhos legislativos.

Embora seja praxe que haja uma concordância sobre os cargos da Mesa, este ano a disputa entre os senadores José Sarney (PMDB-AP) e Tião Viana (PT-AC) pela Presidência deve ser resolvida no

voto. O atual presidente do Senado, Garibaldi Alves, convocou uma reunião de líderes às 9h para tratar da eleição. É sempre possível que os parlamentares saiam do encontro já com um acordo sobre quem serão os membros da Mesa até fevereiro de 2010.

Cabe a Garibaldi abrir os trabalhos da reunião preparatória, desde que esteja presente pelo menos um sexto dos senadores. Para começar a votação, o Regimento Interno exige a presença no Plenário da maioria absoluta (metade mais um) dos senadores (41). O voto é secreto e registrado

no painel eletrônico no caso de haver um só candidato, ou em cédulas de papel colocadas em urna, caso haja mais de uma candidatura, como deve ocorrer este ano.

Aquele que obtiver mais votos por maioria simples – desconsiderados votos brancos e nulos e abstenções – é declarado presidente e começa imediatamente a dirigir os trabalhos, convocando uma segunda reunião preparatória para eleger os dois vice-presidentes, quatro secretários e quatro suplentes que integram a Mesa diretora.

Proporcionalidade é critério na escolha da composição da Mesa

Decidida pelas forças políticas por meio de eleição, a escolha de cargos da Mesa diretora e das presidências das comissões permanentes obedece ainda ao critério constitucional da proporcionalidade da distribuição de cargos entre os partidos. O Regimento Interno, ao repetir a Constituição, determina que seja “assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participam do Senado” (veja abaixo o que dizem a Constituição e o Regimento sobre o assunto).

O *Jornal do Senado* aplicou a proporcionalidade levando em conta a distribuição atual das forças políticas e o número de cargos em cada disputa. Dessa forma, o PMDB, que tem a maior bancada da Casa (20 senadores), ficaria com três cargos na Mesa (dois titulares e um suplente) e ainda com três das 11 presidências das comissões permanentes.

DEM e PSDB, ambos com 13 senadores, teriam direito a dois cargos na Mesa (um titular e um suplente) e a duas comissões permanentes cada

um. Mesmo com um senador a menos (12), o PT teria direito aos mesmos cargos que o DEM e o PSDB (veja o quadro completo).

Essa distribuição, no entanto, pode mudar até as eleições, se houver mudanças na composição da Casa. A senadora licenciada Maria do Carmo Alves (DEM-SE), por exemplo, deve reassumir hoje o seu mandato, substituindo o suplente, senador Virgínio de Carvalho, que é o único representante do PSC, aumentando para 14 o número de senadores do DEM.

É importante ressaltar, porém, que a proporcionalidade não é o critério principal para divisão dos cargos, havendo ajustes em razão dos acordos e embates políticos nas eleições. Casos recentes mostram isso. A Câmara, por exemplo, já teve um presidente de um partido minoritário, quando o deputado Severino Cavalcanti foi eleito em 2005. No Senado, por acordo, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães, do antigo PFL, foi eleito em 1997 e reeleito em 1999 mesmo quando o PMDB era a maior bancada.

O que diz a Constituição

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

O que diz o Regimento Interno

Eleição da Mesa

Art. 59. Os membros da Mesa serão eleitos para mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período imediatamente subsequente.

§ 1º Na constituição da Mesa, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participam do Senado;

§ 2º Para os fins do cálculo de proporcionalidade, as bancadas partidárias são consideradas pelos seus quantitativos à data da diplomação.

Art. 60. A eleição dos membros da Mesa será feita em escrutínio secreto, exigida maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado e assegurada, tanto

quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado.

Eleição das comissões

Art. 78. Os membros das comissões serão designados pelo presidente, por indicação escrita dos respectivos líderes, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado Federal.

Parágrafo único. Para fins de proporcionalidade, as representações partidárias são fixadas pelos seus quantitativos à data da diplomação, salvo nos casos de posterior criação, fusão ou incorporação de partidos.

Primeira Mesa diretora foi eleita em 1826, no governo de dom Pedro I

O Senado é uma instituição que deriva dos antigos conselhos de anciãos, criados pelos países orientais na Antiguidade (4.000 a.C.). Os gregos dividiram seu conselho, criando as bases para o bicameralismo moderno, composto por Senado e Câmara dos Deputados. Mas foi na Roma antiga que o Senado tornou-se assembleia permanente e recebeu as atribuições de fiscalizar o Executivo, controlar o Judiciário, as finanças públicas, as questões religiosas e a política externa.

No Brasil, a primeira sessão ordinária do Senado

foi realizada em maio de 1826. Resultou da promulgação da Constituição de 1824 pelo Conselho de Estado convocado por dom Pedro I após a proclamação da Independência. Na reunião, foi empossado presidente o senador José Egídio Álvares de Almeida, o Marquês de Santo Amaro. Cinquenta senadores representavam as províncias em número proporcional à população de cada uma. Durante o Império, o cargo de senador era vitalício e privativo de brasileiros natos ou naturalizados, exigia idade mínima de 40 anos e renda anual de 800 mil-réis

Tendo dom Pedro I abdicado e voltado a Portugal em julho de 1840, o Senado, encerrando longo processo de disputa pela Regência, antecipou a maioria de dom Pedro II e o proclamou imperador aos 14 anos. Teve início um dos períodos da história em que o Senado influenciou decisivamente as decisões políticas, administrativas e de relações exteriores, entre elas a Guerra do Paraguai, em 1865.

O Senado foi fechado em quatro ocasiões. Em 1930, o fechamento decorreu do primeiro golpe de Estado de Getúlio Vargas. A Casa só voltou a

funcionar em 1934, com a promulgação da terceira Constituição da República pela Assembleia Constituinte eleita por convocação de Vargas. O segundo fechamento ocorreu de 1937 a 1945, com outro golpe de Estado seguido de ditadura, ambos comandados por Getúlio. A Casa baixou as portas de novo em outubro de 1966, como resultado do golpe que deu início à ditadura militar. O derradeiro fechamento foi em 1977, para que o governo militar impusesse reformas que haviam sido rejeitadas no Congresso.

agenda

MP anticrise tranca pauta de votações

Medida que autoriza a Caixa Econômica a reservar dinheiro extra para a construção civil tem prioridade sobre outras matérias

A pauta de votações começa na terça-feira obstruída pelo projeto de lei de conversão (PLV 31/08) que estipula medidas para amenizar os efeitos no Brasil da crise financeira internacional.

O projeto, proveniente da Me-

didada Provisória 445/08, dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio, no período de 2008 a 2010, pela Caixa Econômica Federal, com objetivo de manter o acesso ao crédito para empresas do ramo da construção

civil e, com isso, remediar sequelas da crise financeira.

O dinheiro extra que vai permanecer na Caixa – cerca de R\$ 1 bilhão – deverá ser usado para empréstimos destinados ao capital de giro da construção civil. O relator da matéria na Câmara,

Paulo Pimenta (PT-RS), disse em seu parecer que, na conjuntura de crise do sistema financeiro internacional, a medida visa melhorar as condições para prover a liquidez (oferta de crédito) necessária ao mercado, especificamente no setor habitacional.

Pelo PLV, o montante de dividendos e juros que a Caixa dispensará da cobrança será definido pelo ministro da Fazenda, respeitado o recolhimento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.

Esse montante deverá ser utilizado para a cobertura de 35% do risco de crédito de novas operações de empréstimo de capital de giro, destinadas às empresas da construção civil. A proposição determina ainda que a cobertura de risco seja destinada somente a operações que tenham por objeto a construção habitacional.

Uma das mudanças feitas na MP original é a obrigatoriedade de a Caixa disponibilizar os dados relativos a essas operações de empréstimo em seu site na

internet, além de encaminhar ao Congresso, até o último dia útil do mês subsequente, relatório semestral sobre as operações contratadas.

A partir de 2011, os recursos não oferecidos em garantia deverão ser transferidos ao Tesouro Nacional, com taxa de juros a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional.

O projeto também modificou a MP para estabelecer que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) poderá executar obras em rodovias para fins de apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os estados, prevista na MP 82/02.

Outra modificação altera a MP 2.185-35, de 2001, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, de dívidas dos municípios. Pela nova MP, só poderá contrair nova dívida o município que não tiver a pagar montante superior à sua receita líquida.

Caixa terá que publicar na internet todas as operações de crédito



Construtoras poderão ter até R\$ 1 bilhão a mais para engordar seu capital de giro

Heráclito confirma requerimento para Genro explicar caso Battisti

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Heráclito Fortes (DEM-PI), confirmou na quarta-feira que apresentará requerimento convidando o ministro da Justiça, Tarso Genro, a dar explicações sobre a decisão do governo brasileiro de conceder asilo ao escritor e ex-militante de esquerda Cesare Battisti, acusado de terrorismo e homicídio na Itália. O requerimento deverá ser votado pelos membros da CRE na primeira reunião da comissão, marcada para esta semana.

A decisão foi confirmada durante conversa que Heráclito teve em seu gabinete com a historiadora e antropóloga italiana Fred Vargas. Foi ela quem enviou uma carta em dezembro ao ministro da Justiça, na qual garantiu que

Battisti é inocente das acusações de homicídio. Fred Vargas estava acompanhada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Heráclito não quis entrar no mérito do caso Battisti. Mas deixou claro que o comparecimento do ministro servirá para que Genro esclareça por que o governo brasileiro concedeu asilo político ao italiano e negou o mesmo direito a dois atletas cubanos durante os Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro. Os atletas foram deportados após desertarem da delegação de Cuba.

– O ministro adota dois pesos e duas medidas para suas decisões sobre concessão de asilo político. Não se faz diplomacia com ideologia, e sim com bom senso – disse.

Cesare Battisti, ex-membro do grupo Proletários Armados para o Comunismo, foi condenado à prisão perpétua na Itália por quatro assassinatos nos anos 70. Foragido, foi preso em março de 2007 pela Polícia Federal, no Rio de Janeiro. Battisti nega que tenha cometido os assassinatos e sustenta que não pôde exercer pleno direito de defesa. Corre no Supremo Tribunal Federal um pedido de extradição de Battisti feito pelo governo italiano.

A decisão de Genro provocou fortes reações na Itália. O governo italiano pediu explicações ao embaixador do Brasil no país, e o presidente da República, Giorgio Napolitano, enviou carta ao presidente Lula manifestando seu “estupor” diante da decisão e pediu que ela seja reavaliada.



Eduardo Suplicy (E) e Heráclito com a historiadora Fred Vargas, autora de carta para Tarso Genro em defesa de Cesare Battisti

Juristas debatem anteprojeto do Código de Processo Penal

A comissão externa de juristas inicia nesta segunda e terça-feira a discussão da primeira minuta do anteprojeto do Código de Processo Penal (CPP). O texto será apresentado pelo relator, o procurador regional da República Eugenio Pacelli.

Composta por nove juristas, a comissão foi instalada em 9 de julho do ano passado pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, com o objetivo de modernizar e atualizar o atual Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41), em vigor há 67 anos. O código regula a trajetória da investigação criminal até a sentença judicial e seus recursos em mais de 800 artigos. O desafio principal dos integrantes do colegiado é desburocratizar cada uma das fases do processo, incluindo o inquérito policial.

Nas últimas seis reuniões,

os juristas defenderam, entre outros temas, a extinção da prisão especial para pessoas com diploma de nível superior, com exceção para autoridades; a limitação do prazo máximo para as prisões preventivas, bem como as circunstâncias em que ela pode ser utilizada; e a instituição da figura do juiz de garantias, que participaria apenas da fase de investigação, não sendo responsável pela sentença.

Desde que começou suas atividades, a comissão vem recebendo contribuições para o novo texto do código por meio do site <http://www.senado.gov.br/novocpp> e pelo e-mail novocpp@senado.gov.br. O colegiado já acolheu mais de 200 sugestões. O texto final será examinado pelos senadores, que, a partir dele, elaborarão um projeto para reformular o código.

PROJETOS – A Câmara dos Deputados já enviou este ano cinco projetos para análise do Senado. As matérias aguardam leitura em Plenário para que comecem a tramitar, o que deve ocorrer esta semana.

Os projetos – PLC 1/09, PLC 2/09, PLC 3/09, PLC 4/09 e PLC 5/09 – tratam de temas relacionados à vacinação contra doenças como hepatite A, meningocócica conjugada C e pneumocócica, à instituição de datas comemorativas e à concessão de medalhas.

EMBAIXADORES – Os diplomatas Antonio Fernando Cruz de Mello e Marcela Maria Nicodemos foram indicados pelo presidente da República para ocupar, respectivamente, os cargos de embaixadores do Brasil junto à Ucrânia e Armênia. As indicações devem ser lidas em Plenário e, depois, examinadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Cruz de Mello teve seu nome indicado também para acumular a representação brasileira junto à Moldova.

finanças

Projeto muda regras da responsabilidade fiscal

Aprovada em dezembro na Câmara, proposta quer fazer a primeira alteração na lei que, em oito anos, ajudou o país a controlar despesas

Os senadores devem discutir neste ano se aceitam fazer a primeira mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em vigor há mais de oito anos. A Lei Complementar 101/00 obriga estados e municípios a limitarem os gastos com pessoal e com dívidas, além de impor transparência nos gastos públicos.

A LRF determina que estados e municípios não podem destinar à folha salarial mais que 60% de suas receitas correntes líquidas, enquanto na União o limite é de 50%. Há sublimites para o Judiciá-

rio (6%) e para o Legislativo (3%) dos estados. Nos municípios, as câmaras de vereadores não podem exceder 6% com pessoal.

O projeto que o Senado vai votar, aprovado pelos deputados em maio passado (PLC 92/08), flexibiliza a exigência de que União, estados e municípios só tomem empréstimos se seus órgãos e Poderes estiverem cumprindo os limites de gastos com pessoal.

A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá parecer de Tasso Jereissati (PSDB-

CE). O senador já declarou que não pretende aceitar mudanças nos princípios básicos da LRF que possam pôr em risco a estabilidade fiscal de estados e municípios.

A iniciativa de alterar a lei foi do Executivo, por acreditar que há "excesso" nas exigências. Na verdade, o governo fez a proposta depois que o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar em ação cautelar, entendendo que, se o Legislativo ou o Judiciário extrapolam seus gastos com pessoal, o Executivo não pode ser punido e impedido, por exemplo, de tomar empréstimo ou receber transferências voluntárias da União.

Na Câmara, o projeto ganhou emendas mal recebidas por senadores e pela imprensa. Uma delas autoriza operações de reestruturação de dívidas, mesmo quando excedidos os limites de gastos com pessoal e de endividamento.

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) sustenta que o Executivo está propondo "um verdadeiro estupro" da LRF. Já Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) advertiu que o iniciativa pode "abrir a porteira" e "trazer de volta os tempos da ganância descontrolada e irresponsável" dos governos.



VALTER CAMPANATO/ABR

Ministro Celso de Mello, do STF, concedeu liminar sobre a lei no ano passado. Senador Jereissati (abaixo), relator do projeto na CCJ, disse que não aceitará mudanças que ponham estabilidade fiscal em risco



MOREIRA MARIZ

LRF forçou ajuste de contas e controle de gastos

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada para colocar um fim nos gastos excessivos de pessoal e nos endividamentos ilimitados de estados e municípios. Quando entrou em vigor, havia estados e municípios em que os gastos com a folha salarial ultrapassavam os 90% de todas as receitas. Foi dado um prazo para que todos limitassem os pagamentos com funcionalismo a 60% das receitas correntes líquidas – na União, o limite é de 50%. Existem sublimites para gastos do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público.

O ajuste aconteceu pouco depois de o governo federal ter lançado um programa de saneamento das dívidas estaduais e municipais, abrangendo 25 estados e 180 cidades. A União assumiu as dívidas, que passaram a ser cobradas a longo prazo. Em troca, o governo federal proibiu que as unidades federativas lançassem títulos públicos no mercado para evitar novas dívidas – só a União continuou com esse poder. A LRF fechou o cerco nas dívidas, fixando punições para quem extrapolar os limites fixados pelo Senado.

Com arrecadação ameaçada, estados querem renegociar dívidas com a União

Com a crise mundial começando a afetar a produção brasileira, os estados se inquietam com a possibilidade de queda em sua arrecadação. Como a LRF limita seus endividamentos e impede que lancem títulos de dívida, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, iniciou um movimento para conseguir do governo federal mudanças nos contratos de renegociação das dívidas estaduais e municipais assumidas pela União no final dos anos 90.

Maggi quer que os governadores e prefeitos pressionem o Congresso e o governo para a revisão dos contratos. Ele defende uma moratória de dois anos sobre os juros e os encargos da dívida superior a R\$ 330 bilhões dos estados e municípios junto à União. Segundo o governador, o Executivo federal vem concedendo ajuda às empresas afetadas pela crise, mas até agora nada foi feito para reduzir as dificuldades das unidades federativas.



EDNILSON AGUIAR/SECOW-MT

Blairo Maggi, governador de Mato Grosso, lidera movimento para revisar contratos com a União

ambiente legal

EUA promovem a primeira Semana Nacional Verde

Ao mesmo tempo em que o presidente Barack Obama reafirma o compromisso de incentivar o uso de energias limpas, educadores norte-americanos estão sugerindo às crianças e suas famílias a adoção de iniciativas "verdes" fora do ambiente escolar. De 2 a 8 de fevereiro, 700 escolas do país estarão participando da primeira Semana Nacional Verde. Nesses dias, os estudantes vão evitar a utilização de recipientes de lanches descartáveis, optando pelos reutilizáveis, e pesquisar maneiras de diminuir suas emissões de carbono e evitar o desperdício.

Casas com emissão zero de carbono

Cresce no mundo o número de pessoas que tentam transformar suas casas e empresas em ambientes "verdes". A União Europeia estima que as construções comerciais e residenciais são responsáveis por 40% do total das emissões de CO₂ da região. No Reino Unido, o governo adotou o Código para Residências Sustentáveis, visando garantir que todas as novas casas tenham emissão zero de carbono até 2016.

Alcoolismo mata mais brasileiros

A taxa de mortalidade por doenças associadas ao alcoolismo no Brasil subiu de 10,7 para 12,64 óbitos por 100 mil habitantes em seis anos, segundo o Ministério da Saúde. Os dados se referem ao período entre 2000 e 2006. Especialistas acreditam que o número de mortes relacionadas ao alcoolismo pode ser ainda maior.

As melhores fontes de energia do mundo

O vento, a água e o sol constituem a melhor fonte de suprimento seguro de energia a longo prazo, sem piorar a poluição ambiental, afirma o dr. Mark Z. Jacobson, da Universidade de Stanford. As fontes de energia alternativa mais promissoras apontadas por Jacob-

son são, nesta ordem, a energia dos ventos, a da luz concentrada do Sol (que utiliza espelhos para aquecer um fluido), a geotérmica, a das marés, a solar fotovoltaica (que utiliza painéis solares para gerar eletricidade diretamente), a das ondas e a hidroeletricidade.

"SÓ A POLÍCIA NÃO RESOLVE" – A política ambiental do governo brasileiro recebeu muitas críticas durante o Fórum Social Mundial, realizado na semana passada em Belém. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, reconheceu a necessidade de usar recursos do Fundo Amazônia para financiar empreendimentos sustentáveis e não-poluentes. "Só a polícia não resolve o desmatamento", disse.

orçamento

Delcídio rebate críticas ao Congresso

Para o relator da Lei Orçamentária 2009, ao contrário do que diz o governo, emendas não desequilibram o Orçamento

O valor do corte feito pelo governo no Orçamento de 2009, R\$ 37,2 bilhões, surpreendeu o senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator da lei orçamentária deste ano. Anunciado pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o decreto determina um bloqueio temporário até março, que não atinge o Legislativo e o Judiciário (*ver matéria ao lado*). O ministro também confirmou que o salário mínimo subirá dos atuais R\$ 415 para R\$ 465 a partir de 1º de fevereiro.

– A situação é pior do que se imaginava. O governo sinalizou um contingenciamento muito maior do que a nossa expectativa – avaliou Delcídio, em entrevista ao **Jornal do Senado**. O senador esperava um corte na faixa dos R\$ 20 bilhões, mas a gravidade da crise mundial e os seus reflexos sobre o Brasil exigirão um ajuste maior do que o dimensionado pelo Congresso.

Delcídio lembrou que, pela primeira vez na história recente, a previsão de crescimento da economia feita pelo Legislativo foi mais austera que a do Executivo – dos 4,5% projetados pelo governo, caiu para 3,5% no Congresso. “Para compatibilizar, fizemos um corte de R\$ 12 bilhões”, informou.

Entretanto, o foco das discussões, para Delcídio, não pode se centrar nos cortes feitos pelo Congresso ou nas emendas parlamentares, como criticou o governo. As emendas somaram R\$ 19,4 bilhões, das quais R\$ 5,9 bilhões são individuais e R\$ 13,5 bilhões coletivas (como autorizado por lei, as coletivas foram totalmente contingenciadas).

O que pesa e desequilibra o Orçamento, segundo Delcídio, não é emenda parlamentar, e sim o elevado custo da máquina federal. Citou como exemplo o acréscimo de cerca de R\$ 29 bi-



Além dos cortes, ministro Paulo Bernardo anunciou novo mínimo de R\$ 465



Delcídio: contingenciamento e créditos extraordinários desfiguram Orçamento

lhões com pagamento de pessoal e encargos em 2009 e outros R\$ 39 bilhões em 2010.

O senador também rebateu as críticas sobre os prejuízos que os cortes do Congresso teriam causado a alguns ministérios, como Ciência e Tecnologia e Educação, que estão negociando com o Planejamento a recomposição de parte dos seus orçamentos. Delcídio informou que os R\$ 2,5 bilhões orçados na reserva de estabilização fiscal já estavam voltados para atender essas demandas. Para ele, essa recom-

posição não pode ser usada como um argumento contra as decisões do Congresso e, muito menos, como uma das justificativas para o contingenciamento.

O senador lamentou ainda que, além dessas, outras distorções, como as medidas provisórias para abertura de créditos extraordinários, desfigurem a lei orçamentária a ponto do executado ser quase totalmente diferente do aprovado pelo Congresso. “Depois que fui relator, virei um grande defensor do orçamento impositivo”, declarou.

Legislativo e Judiciário ficam fora dos cortes orçamentários

Pela primeira vez, o governo fez um bloqueio provisório do Orçamento aprovado pelo Congresso, no valor de R\$ 37,2 bilhões. Nos anos anteriores o decreto já trazia o contingenciamento para todo o exercício. Em 2009, o decreto definitivo só deve ser anunciado no final de março. Também pela primeira vez o corte temporário não atingiu o Legislativo e o Judiciário.

Por trás dessa decisão está a intenção, na visão de integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO), de evitar mais um flanco de desavenças com o Congresso, já que o contingenciamento anunciado no último dia 27 de

janeiro praticamente anula as decisões do Parlamento. No ano passado, os critérios que embasaram o decreto de contingenciamento geraram polêmica que acabou por envolver o Tribunal de Contas da União (TCU).

Nota técnica da Consultoria do Senado mostrou que o Executivo não possui respaldo legal para contingenciar com base em acréscimo de despesas obrigatórias. Alterações de dotações orçamentárias consideradas insuficientes ou a inclusão de novas ações deveriam ser feitas por meio de créditos adicionais, encaminhados ao Congresso, como prevê a Lei

4.320/64, conhecida como Lei de Finanças Públicas.

No entanto, o Executivo tem lançado mão dos créditos extraordinários, adotados por medida provisória, para realizar essas mudanças. Em 2007, segundo a nota dos consultores, foram abertos R\$ 25,2 bilhões em créditos extraordinários. Esse valor quase dobrou em 2008, de acordo com o senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator do Orçamento de 2009.

O contingenciamento, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para o caso de frustração de receita, acabou se tornando instrumento para decisões

“arbitrárias” do Executivo, “mesmo em um cenário de receitas abundantes”, como em 2008. Essa prática, continua o trabalho da Consultoria, prejudica não só o planejamento dos órgãos e a transparência na execução orçamentária como retira a liberdade dos demais Poderes, obrigados a contingenciar seus orçamentos com base em previsão de aumento de despesa. Ao bloquear apenas as verbas do Executivo, o governo adiou essa discussão com os outros Poderes para março, quando tiver clareza sobre o comportamento da receita em 2009.

Governo adia discussão para março, evitando desgaste

agora é lei

Sistema eletrônico nacional vai controlar a produção, venda e prescrição de medicamentos

Entrou em vigor no dia 14 de janeiro a Lei 11.903, que cria o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos para rastrear medicamentos usando tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.

Com o objetivo de acabar com as falsificações e o contrabando, o sistema vai acompanhar desde a fabricação e a venda, até o descarte de medicamentos, assim como a sua prescrição por médicos, dentistas e veterinários e as demais movimentações previstas pelos controles sanitários.

Somente em 2008, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(Anvisa) apreendeu cerca de 130 toneladas de medicamentos falsificados ou contrabandeados. De acordo com a agência, em três anos, quando o sistema estiver implementado em sua totalidade, o controle de medicamentos no Brasil será capaz de rastrear e monitorar de forma eficaz o seu uso e prescrição.

A tecnologia a ser empregada ainda não foi definida, mas cada caixa de remédio terá uma identificação, semelhante a um código de barras, associada a uma lista de informações. Ao fazer a caixa passar pelo sistema eletrônico a ser implantado nas farmácias, o

consumidor poderá ter acesso a informações como o nome do fabricante e o número do lote.

Com o novo sistema ficará mais fácil, por exemplo, identificar os remédios inapropriados para o consumo. No caso de erros de fabricação, bloqueio ou interdição de lotes de medicamentos, será possível retirá-los imediatamente de circulação. Já em caso de roubo de cargas de medicamentos, o governo terá condições de detectar a venda ilegal dos remédios roubados com mais facilidade. Esse tipo de controle já é adotado nos Estados Unidos e União Européia.



Novo texto legal deve garantir qualidade dos remédios vendidos à população

Crise econômica e reformas são prioridades para líderes

Mudança nas regras das medidas provisórias é outra preocupação, tanto de governistas quanto dos opositoristas ouvidos. Isso facilitaria a votação de outros temas, como as reformas tributária e política

O Congresso inicia nesta segunda-feira o penúltimo ano legislativo da Era Lula, com importantes reformas institucionais na pauta de votações. Entre elas estão propostas visando melhorar o equilíbrio entre os Poderes – como a que define novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias (MPs) –, aperfeiçoar e simplificar o sistema tributário nacional e alterar regras políticas e eleitorais.

O presidente eleito pelo Senado comandará

também o Congresso, num momento em que o país enfrenta a crise econômica que teve origem nos Estados Unidos e pode levar a queda na arrecadação de impostos e restrições no Orçamento, que tem o acompanhamento permanente do Legislativo.

Do ponto de vista político, nos próximos dois anos, governo e oposição se preparam para se enfrentar em 2010, quando, além do presidente e vice-presidente da República, serão eleitos 27 governadores, 54 senadores, 513

deputados federais e 1.059 deputados estaduais e distritais.

Os líderes de partidos ouvidos pelo **Jornal do Senado**, porém, acreditam que 2009 pode ser um ano produtivo do ponto de vista legislativo, sem maiores interferências da disputa, que deve ficar para o ano seguinte. Um dos maiores entraves para que reformas e leis modernas sejam aprovadas continua sendo o excesso de MPs, que impedem votações em mais de dois terços das sessões.

Jucá inclui economia e sistema político na pauta

Para o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o Congresso terá três eixos de atuação em 2009. O primeiro será o econômico, tendo em vista as medidas adotadas para aliviar os efeitos da crise econômica mundial no Brasil.

O segundo eixo é o legislativo, com propostas importantes em tramitação, como as reformas política e tributária, e as novas regras para tramitação de medidas provisórias. O terceiro eixo, disse Jucá, é o político, já que este ano vai ser de preparação para 2010, com o começo da formação de alianças e definição de candidaturas. “Querendo

ou não o Congresso é uma casa política e sofre os reflexos da disputa”, afirmou.

Ainda assim, o senador acredita que 2009 é um ano promissor que terá votações relevantes. O governo, adiantou, vai insistir na reforma tributária e vai prestar atenção nas propostas que pretendem mexer com a Previdência Social.

Já as medidas econômicas adotadas pelo governo devem ser discutidas com ponderação pelo Legislativo. “O enfrentamento dessa crise está acima da disputa eleitoral, é uma matéria de unidade nacional”, declarou Jucá.



J. FREITAS



MARCIA KALLINE



JANE ARAÚJO



LEOPOLDO SILVA

Virgílio acha essencial debelar a crise econômica

Aprovar medidas que deixem o país menos exposto aos efeitos da crise econômica deve ser a preocupação primordial do Congresso este ano, aponta o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). – A economia mostra claros sinais de desaceleração, com consequências danosas, principalmente para a classe trabalhadora, que está perdendo postos de trabalho diariamente. O PSDB apoiará e incentivará o debate e a aprovação de matérias que desregulem a economia, desonerem o setor produtivo e os consumidores, para viabilizar a retomada do crescimento – disse Virgílio. Na visão do senador, a questão central não está sendo enfrentada pelo governo. – O problema das finanças públicas do país concentra-se nos gastos correntes, que extrapolaram os limites aceitáveis, com o inchaço da máquina e a consequente criação de gastos desnecessários.

Casagrande prega definição da pauta com a Câmara

Regulamentar e limitar o uso de medidas provisórias e discutir projetos mais profundos e ambiciosos, como as reformas política e tributária, são, na opinião do líder Renato Casagrande (PSB-ES), os temas que precisam ser enfrentados pelo Congresso. Para o PSB, ajudar o país a superar a crise também figura no topo das prioridades do ano. – Devemos discutir com intensidade projetos correlatos à crise e avançar em itens como as reformas tributária e política. Somos contra a “janela” que permite a um parlamentar ser fiel durante quatro anos e ser infiel por um mês. Deveríamos votar a fidelidade partidária, pois, por enquanto, quem definiu isso foi o TSE e precisamos de um detalhamento dessa matéria – avalia. Para isso, Casagrande acredita que as relações entre as duas Casas do Congresso precisam se aprofundar.

Agripino cita MPs, precatórios e reforma tributária

O DEM firmou posição em relação a 2009: este deve ser o ano em que o Congresso irá, finalmente, tomar uma posição concreta contra o excesso de medidas provisórias. Ao lado da reforma tributária e da questão dos precatórios judiciais, este precisa ser, para o líder Agripino Maia (RN), o tema mais importante deste ano legislativo. – O excesso de MPs elimina a capacidade do Senado de produzir, pela obstrução da pauta e pelo tempo gasto na análise e na votação de cada uma delas – diz o líder do DEM. Agripino também aponta os precatórios judiciais e a reforma tributária. – Acho que o Congresso deve insistir nesses dois temas. E cobrar um posicionamento do governo e de sua base em relação às duas propostas, para não deixá-las para o ano eleitoral, quando é mais difícil votar.



Sessão de abertura dos trabalhos do Congresso no ano passado: na agenda prioritária dos líderes partidários para 2009, os temas centrais são os que ficaram pendentes desde o último ano legislativo

Na política, decisão sempre protelada

Em sua última reunião do ano passado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou a admissibilidade de uma proposta de reforma política, apresentada pelo governo ao Congresso Nacional em agosto. Como resultado da decisão, o futuro presidente da Casa, a ser escolhido nesta segunda-feira, deverá criar uma comissão especial para analisar as sugestões em discussão, como fidelidade partidária, financiamento das campanhas, duração de mandatos, suplência de senador, voto facultativo e coincidência de eleições.

Um dos temas espinhosos diz respeito a uma proposta de emenda à Constituição que tornaria possível ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva disputar um terceiro mandato, possibilidade que ele, publicamente, já rejeitou em diversas ocasiões. Na votação da CCJ em dezembro, foi derrubada a parte do texto, de autoria do relator, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), que deixava em aberto a possibilidade de reeleições indefinidamente. O defensor do terceiro mandato, deputado Carlos Willian (PTC-MG), porém, anunciou que vai levar a proposta à comissão especial.

Proposta fatiada para facilitar a tramitação

Entregue em 27 de agosto de 2008 ao Congresso pelos ministros da Justiça, Tarso Genro, e das Relações Institucionais, José Múcio, o projeto de reforma política do Executivo tem três pontos centrais: lista partidária fechada; financiamento público de campanha e critérios mais rígidos de fidelidade partidária.

A proposta, que esteve em debate público antes de ser enviada, trata também do fim das coligações para eleições proporcionais, da candidatura de quem responde a processo na Justiça e da cláusula de barreira.

Para facilitar a aprovação, o governo sugeriu que a tramitação se desse de forma independente, sendo a reforma desmembrada em cinco projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição. Mas o assunto pouco prosperou no ano passado, justamente por causa das eleições municipais de outubro.

O que diz a proposta do governo

Financiamento público – A ideia do governo federal é acabar com as contribuições privadas. Os valores seriam fixados pela Justiça Eleitoral.

Listas fechadas – Hoje, no sistema proporcional, os partidos oferecem uma lista de onde os eleitores escolhem seus candidatos. No novo sistema, os eleitores deixariam de votar nominalmente, optando por uma legenda. Caberia a cada partido escolher a ordem dos nomes, decisiva na definição de quem fica com o mandato.

Coligações – Como resultado do sistema de listas, a proposta impede coligações para deputados e vereadores.

Fidelidade partidária – Sete meses antes das eleições, seria aberta uma “janela” para que fossem feitas as trocas de partido. É uma proposta mais flexível em relação à atual posição do STF.

Inelegibilidade – Outro tema sobre o qual o STF já se posicionou. Pela proposta do governo, candidaturas com processos na Justiça seriam impedidos de disputar eleições, mesmo sem a necessidade de condenações definitivas.

Cláusula de barreira – Um partido precisaria obter no mínimo 1% dos votos (com pelo menos 0,5% em nove estados diferentes) para ter direito a uma vaga na Câmara dos Deputados.

MPs, o embate entre Poderes continua

Todos os últimos presidentes do Senado e da Câmara tiveram discurso idêntico nas críticas às atuais regras de tramitação das medidas provisórias (MPs). Por isso, o tema certamente estará presente na agenda legislativa de 2009. Contribuiu para isso a decisão do Plenário da Câmara, em dezembro passado, de aprovar em primeiro turno a proposta de emenda à Constituição (PEC 511/06) do falecido senador Antonio Carlos Magalhães que traz mudanças como o fim do trancamento da pauta de votações pelas MPs. A matéria ainda será votada em segundo turno na Câmara e depois seguirá para nova análise do Senado Federal.

Pelo substitutivo aprovado pelos deputados, que compilou vários projetos sobre o tema, as CCJs da Câmara e do Senado terão dez dias para analisar se a MP atende aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância. O prazo começa a contar do início da tramitação em cada uma das Casas (e não mais sempre a partir da Câmara) e, a partir do sétimo dia, a

MP passará a ser prioridade na pauta de votações da comissão.

Após a análise da CCJ, a matéria passará a tramitar em regime de urgência e ocupará o primeiro lugar na pauta do Plenário da sessão deliberativa da Casa em que estiver tramitando. Como não haverá mais o trancamento de pauta, a MP poderá deixar de ser o primeiro item do Plenário; mas, para isso, será necessária uma decisão da maioria absoluta da respectiva Casa (257 deputados e 41 senadores).

Em novembro, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, chegou a devolver ao governo uma MP (446/08) que renovava automaticamente certificados de entidades filantrópicas. Perto do Natal, outra medida, que injetava R\$ 14,5 bilhões para o recém-criado Fundo Soberano Nacional (FSN), levou partidos da oposição a entrarem com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo. Nos dois casos, questionava-se a urgência ou a relevância para que o governo legislasse sobre o assunto por meio de MP.

Difícil é conciliar interesses na área tributária

O texto do deputado Sandro Mabel (PR-GO) sobre a reforma tributária, já aprovado por uma comissão especial na Câmara, é objeto de negociação com o governo federal e com governadores. Mabel afirmou que pretende apresentar um texto final para a votação em março no Plenário da Câmara, com ou sem consenso.

A tarefa de simplificar e tornar mais eficiente o sistema tributário nacional envolve diversos interesses no setor produtivo, no governo e nos diversos níveis de poder – estados, municípios e União. Uma das mudanças mais polêmicas é a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no estado de destino, o que faz estados produtores – e com baixo consumo – receberem perdas. Para compensá-los, a proposta inclui fundos de desenvolvimento regional e de equalização de receitas.

A proposta cria o Imposto sobre Valor Agregado (IVA-F) a partir da fusão do PIS/

Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do salário-educação. Para acabar com a guerra fiscal, o texto sugere a unificação da legislação sobre o ICMS (hoje, cada um dos estados define suas normas) e prevê punições para as unidades federativas que oferecerem isenções para atrair investimentos.

Outros pontos da reforma fiscal em tramitação na Câmara: – incorporação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ); – desoneração de alimentos e de produtos de higiene, limpeza e de consumo popular com o excedente de arrecadação; – transferência automática para terceiros de créditos do ICMS, IVA-F e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para contribuintes que usam nota fiscal eletrônica; e – instituição do Código do Contribuinte.

Pronta, solução para os precatórios retornou à CCJ

O Senado busca uma fórmula para livrar estados e municípios de dívidas e moralizar o pagamento de precatórios. Pela proposta de emenda à Constituição em discussão, os recebimentos deverão passar por um cronograma de prioridades (veja lista abaixo), em que os precatórios de menor valor e mais antigos serão pagos primeiro.

A principal inovação da PEC é a criação de leilões de deságio, em que os credores, para receber mais rapidamente, aceitariam uma diminuição do valor da dívida. Pelo regime de pagamento proposto, os devedores destinariam parte de sua receita corrente líquida para pagar tais dívidas: os estados e o Distrito Federal reservariam entre 0,6% e 2% dessa receita e os municípios, entre 0,6% e 1,5%.

A proposta saiu da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou em junho parecer do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Entre sete PECs, o relator usou como base a PEC 12/06, apresentada pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e idealizada pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal e hoje ministro da Defesa, Nelson Jobim.

Pela proposta, do total os valores reservados aos precatórios em atraso ficariam divididos da seguinte forma: 50% para os leilões, 30% para os de menor valor e 20% para a ordem cronológica. Os credores de dívidas públicas também poderiam usar o crédito para comprar imóveis públicos e fazer compensação tributária.

Para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a PEC é um “calote” da dívida dos estados com os cidadãos e cria também um mecanismo autoritário à disposição do Executivo, o que, avalia, é “inimaginável num governo democrático”.

O relator disse que a maioria dos precatórios de maior valor não está mais nas mãos dos credores originais e sim de grandes escritórios de advocacia, que os adquiriram com descontos enormes, em alguns casos por apenas 10% a 15% do valor da dívida. Isso explicaria a resistência da OAB ao uso dos leilões de deságio.

A proposta que altera o sistema de pagamento de precatórios em atraso pelos estados e municípios estava pronta para ser votada no Plenário do Senado, mas, na última sessão de 2008, voltou para a CCJ, que vai analisar novas emendas apresentadas.

Precatórios são as dívidas da administração pública cujo pagamento foi determinado pela Justiça – ou seja, são as dívidas dos governos federal, estaduais e municipais definidas em sentença judicial. Calcula-se que os precatórios de estados e municípios em atraso somam R\$ 100 bilhões.

Prioridades definidas em lei

Prioridade para pagamento de precatórios segundo a proposta que saiu da CCJ (aquele que aceitar receber o crédito com deságio poderá participar de leilões e, assim, receber antes):

- Precatórios de pequeno valor (definido em lei pelas fazendas estaduais e municipais. Caso o valor não seja fixado em até 180 dias da data de publicação da emenda constitucional, o limite será de 40 salários mínimos para estados e Distrito Federal e 30 salários mínimos para municípios).
- Precatórios alimentícios com valor máximo de até três vezes o que for definido como pequeno valor devido a credores com mais de 60 anos de idade. O restante será pago na ordem cronológica do precatório ou na fila em ordem crescente de valor ou ainda por leilão, opção que o credor pode fazer a qualquer tempo.
- Demais precatórios de natureza alimentícia (salários, benefícios previdenciários, entre outros).
- Precatórios não-alimentícios (fornecedores de bens e serviços). Por serem os últimos em prioridade, são o principal alvo dos leilões de deságio das dívidas.

interlegis

Guiné-Bissau recebe ajuda do Senado

Instituição dá suporte à nascente democracia da costa ocidental da África. Experiência do Interlegis serve de modelo a países da América Latina.

Considerado bem-sucedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financia metade dos recursos aplicados no programa, o Interlegis está servindo de modelo para outros países latino-americanos. A Argentina está desenvolvendo a sua comunidade virtual do Poder Legislativo há cerca de três anos. E outros quatro países – Chile, Uruguai, Equador e Bolívia – demonstraram interesse e estão conhecendo a experiência brasileira, segundo o diretor da Subsecretaria de Planejamento e Fomento do Interlegis, José Dantas Filho.

Mas a contribuição mais decisiva do Interlegis no exterior ocorre na África, em Guiné-Bissau, um dos países mais pobres do continente. Por sugestão do então primeiro-ministro britânico, Tony Blair, conta Dantas, a secretária de Estado do governo Bush, Condoleezza Rice, solicitou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o Brasil apoiasse as ações dos Estados Unidos, que tentavam ajudar a organizar o parlamento de Guiné-Bissau para dar sustentação à ainda frágil democracia.

Foi selado, então, um acordo trilateral já prevendo a ação do Interlegis para colaborar na organização da Assembleia Nacional



Prédio do Congresso de Guiné-Bissau, na costa ocidental da África: Legislativo foi dissolvido em 2002, após golpe de Estado, e agora precisa se reorganizar

Popular (ANP) de Guiné-Bissau. Instituída em 1973, quando foi proclamada a independência da ex-colônia portuguesa, a ANP não conseguiu se estruturar devido ao quadro político do país, conturbado por vários golpes de Estado. Ela acabou dissolvida em novembro de 2002.

Só em março de 2004 ocorreram eleições legislativas, com a vitória do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, fundado pelo líder da independência, Amílcar Cabral, assassinado em 1973. Em 2005, o antigo comandante das forças armadas durante a luta de libertação, João Bernardo Nino Vieira, foi eleito presidente da República.

Nino Vieira tem estado na linha de frente do poder em Guiné-Bissau desde que depôs, em 1980, Luís de Almeida Cabral, que foi o primeiro presidente do país e irmão de Amílcar Cabral.

Essas informações estão no portal da ANP, que está sendo adaptado pelo Interlegis para Guiné-Bissau. Enquanto os norte-americanos atuaram na formação de lideranças, no funcionamento do Plenário e das comissões técnicas, os brasileiros se voltaram para a capacitação técnica de funcionários, a instalação do portal legislativo e a aplicação de outros produtos e serviços desenvolvidos pelo Interlegis.

País depende de ajuda externa para reorganizar o Estado

Com uma área próxima à do estado de Sergipe e cerca de 1,7 milhão de habitantes, dos quais quase um terço na capital Bissau, um dos menores e mais pobres países da África possui algo estratégico para as nações mais ricas do mundo: reservas de petróleo e de fosfato. Isso talvez explique o interesse americano em Guiné-Bissau, cuja economia devastada pelas guerras depende basicamente da ajuda internacional. O país só exporta castanha de caju, peixes e frutos do mar.

No entanto, o diretor da Subsecretaria de Planejamento e Fomento do Interlegis, José Dantas Filho, que tem coordenado as missões técnicas àquele país, ressalta que Guiné-Bissau difere politicamente de outras nações do continente, estranguladas por guerras étnicas e religiosas. Há cerca de 30 partidos organizados a partir de dissidências do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, originalmente marxista. O país abriga pelo menos cinco grandes grupos étnicos, e se divide entre cristãos, animistas e muçulmanos. A língua oficial é o português, juntamente com idiomas locais.

O sistema é unicameral, com 100 parlamentares. Há eleições para presidente e para deputados. Uma das preocupações de brasileiros e americanos é assegurar que os partidos continuem mistos, evitando que haja a predominância de etnias fortes como a balanta, que já ocupa várias funções de Estado.

Interlegis deve aplicar US\$ 64 milhões até 2013

A segunda etapa do Programa Interlegis começa a ser executada até o início de março, atingindo municípios de todo o Brasil. Com investimento total de US\$ 64 milhões aplicados até 2013, dos quais metade financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a outra por recursos da União, o Interlegis ingressa na etapa de universalizar seus produtos e serviços, viabilizando o acesso aos 5.562 municípios brasileiros, conforme informações do seu diretor-executivo, Márcio Sampaio Leão.

Para tanto, serão selecionados os 700 municípios mais influentes nas 523 microrregiões estabelecidas conforme os critérios do IBGE. Eles passarão a funcionar como polos de multiplicação das tecnologias e cursos de treinamento e capacitação oferecidos pelo Interlegis. Na primeira fase, que durou dez anos e se encerrou em 2007, “as ferramentas foram aplicadas isoladamente, de acordo com a demanda de cada município”, diferencia Leão.

Agora, o objetivo é ampliar e dar uniformidade a essa comunidade virtual, formada pelas câmaras e assembleias, além do Senado e da Câmara dos Deputados. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) está concluindo a identificação dos polos de cada microrregião. “Cada um poderá atender de 15 a 20 municípios, difundindo as tecnologias e o conhecimento do Interlegis e dando suporte em todo o território brasileiro”, explica Leão.

fórum social

9º FSM debate crise e meio ambiente em Belém do Pará

De volta ao Brasil, o Fórum Social Mundial (FSM) realizou sua nona edição em Belém do Pará, na semana passada, centrando o foco na crise financeira internacional e na busca de soluções ambientalmente sustentáveis para o planeta e em especial para a Amazônia. O FSM – iniciativa que surgiu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 2001, na tentativa da esquerda de criar um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça – teve a participação de cerca de 100 mil ativistas vindos de mais de 100 países.

Sob chuva, uma animada marcha de 50 mil pessoas, no centro de Belém, abriu o evento, na quarta-feira. A caminhada chamou a atenção da senadora Fátima Cleide (PT-RO).

– É uma emoção muito grande ver a diversidade cultural e política aqui representada – disse à Agência Senado.

Representantes de organizações e de movimentos sociais se revezaram em mais de 2.600 atividades, como seminários, cursos, oficinas e eventos culturais. Além de governadores dos estados cujos territórios

compõem a Floresta Amazônica, compareceram os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; da Venezuela, Hugo Chávez; da Bolívia, Evo Morales; do Equador, Rafael Correa; e do Paraguai, Fernando Lugo. Eles defenderam a intervenção estatal para enfrentar a crise econômica. Lula criticou o “deus mercado”, que teria quebrado por “falta de controle e irresponsabilidade”.

Para o conselho do FSM, o diferencial da nona edição foi o destaque dado aos povos da floresta. A programação previu o Dia da Pan-Amazônia, dedicado a temáticas regionais.

– Não queríamos simplesmente preparar a logística para que outras pessoas viessem dizer o que queriam para a Amazônia – afirmou Aldalice Otterloo, do comitê organizador.

O senador João Pedro (PT-AM) sugeriu a criação de uma Universidade do Pacto da Amazônia. O senador José Nery (PSOL-PA) protestou contra o trabalho escravo. E o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) elogiou a participação de parlamentares nos vários debates do fórum.



Lugo, Morales, Lula, Correa e Chávez encerram painel de debate no Fórum: presidentes defendem intervenção estatal para enfrentar crise

Amazônia ganha destaque; educação teve fórum paralelo

A senadora Marina Silva (PT-AC) lançou um desafio ao público de aproximadamente 6 mil pessoas presentes na abertura do Fórum Mundial da Educação – evento paralelo ao Fórum Social Mundial.

– A visão de que os recursos naturais eram infinitos caiu por terra. Precisamos mudar essa percepção, criar um novo caminho, ou ao menos uma nova maneira de caminhar. Daí a importância da educação.

Já no primeiro dia de debates do 9º Fórum Social Mundial, o foco das discussões se fixou mesmo na região amazônica, sede do evento. O cacique Marcos Apurinã, vice-

coordenador da Coordenação das Organizações de Índios da Amazônia Brasileira (Coiab), disse esperar que a troca de experiências entre a população da floresta e os diversos movimentos sociais que participam do fórum resulte numa postura mais responsável em relação ao meio ambiente.

– Os movimentos sociais não só têm que falar que tem que proteger, eles têm que fazer também. Muitas vezes, eles só falam “Vamos proteger, vamos salvar”. Têm que fazer que nem a gente: ficar lá, plantando matinho, preservando. Onde tem um pedacinho de mato degradado, tem que reflorestar – disse.

institucional

Quase 150 mil visitaram Congresso em 2008

O Palácio do Congresso Nacional recebeu 142.912 visitantes em 2008, a maioria nos meses de férias. No último dezembro, por exemplo, o programa Visite o Congresso

registrou a passagem de 11,6 mil turistas. O Visite o Congresso é um programa de visitas monitoradas ao Senado e à Câmara, fruto de uma parceria entre as equipes de Relações Públicas

das duas Casas, e que atende turistas estrangeiros, brasileiros e estudantes de todos os níveis de ensino. A maior parte do público é de brasileiros, quase 80%. O turista estrangeiro representa 5%

do total, e 15% são estudantes.

O Visite o Congresso pretende promover o civismo e incentivar a cidadania, como explica a coordenadora de Visitação Institucional da Secretaria de

Relações Públicas do Senado, Sílvia Oddone. Mas também se destina a ser um agente na melhoria da imagem e percepção de desempenho do Congresso.

– Os cidadãos devem ser orientados a observar a distinção entre a instituição parlamentar e os representantes eleitos, que por aqui passam durante o período de seus mandatos – frisou.

Apesar de a visita ser curta, segundo Sílvia os turistas saem com outra percepção do trabalho parlamentar, que não se concentra apenas no Plenário, algumas vezes retratado pela imprensa como “esvaziado”. Mesmo havendo sessões nessas condições, disse, os parlamentares podem atuar fortemente em seus estadios ou nas comissões temáticas, votando projetos que nem sequer chegam a análise em Plenário.

– Uma série de equívocos e de informações truncadas se esclarecem com a visita. É uma possibilidade de levar a pessoa a uma reflexão mais cidadã.



Uma das atrações buscadas pelos turistas na visita monitorada ao Congresso é a maquete do complexo arquitetônico que abriga o Poder Legislativo federal

Site do Senado se renova para facilitar pesquisa

Já estão no site do Senado na internet (www.senado.gov.br), as novas páginas que dão acesso às informações sobre a atividade legislativa. Menus, ferramentas de pesquisa e dados foram reorganizados de forma

a torná-los mais intuitivos, com design mais limpo. Além de melhorar a apresentação, foram aprimoradas a qualidade e a quantidade de informações. A oferta dos textos integrais de projetos e pareceres foi ampliada.

Dados sobre mais de 3,5 mil matérias em tramitação – relatores, despachos e situação atual – foram conferidos, complementados, corrigidos e padronizados um a um para que as páginas fossem ao ar.

Os passos definidos para a tramitação das propostas também estavam defasados e foram submetidos a padronizações para melhorar a confiabilidade das informações.

Foi desenvolvido um formulário eletrônico próprio para facilitar a conferência dos dados. A reorganização do banco de dados de matérias legislativas também levou à melhoria da indexação, e à atualização às rotinas do processo legislativo.

Os usuários da página do Senado notaram a diferença. Rafael Santana, assessor do governo de São Paulo em Brasília, diz que o sistema está mais eficiente.

– Antes, preferíamos usar a página da Câmara. Agora, já estamos achando que o mecanismo de busca do Senado nos dá melhores resultados – afirma.

Projetos já iniciam tramitação eletronicamente

A inclusão de emendas e relatórios a projetos também já é possível desde dezembro. As comissões permanentes já recebem esse material de forma sistemática. Os projetos que vêm da Câmara também já são incluídos no sistema desde o fim de 2008. A intenção é que haja o compartilhamento do sistema com outros órgãos, como o Palácio do Planalto, o Tribunal de Contas da União e o Supremo Tribunal Federal.

– Queremos implantar uma única linguagem que possa ser falada por todos os setores que trabalham com

o processo legislativo, em um fluxo contínuo. Além de dar transparência, buscamos melhorar a segurança da informação – afirma a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra.

Nessa linha, foi criado um protocolo de recebimento de documentos para dar agilidade ao processo. Assim, o gabinete do senador encaminha projetos para tramitação na rede interna e já obtém uma cópia com protocolo de recebimento, um código de barras que torna o texto oficial, a ser usado durante todo processo legislativo.

Deficientes visuais contarão com novas publicações do Senado

A edição atualizada da Constituição brasileira para pessoas com deficiência visual deverá ser lançada pelo Senado este semestre. O trabalho, já concluído, é uma das prioridades do Serviço de Impressão Braille para 2009, de acordo com Paulo Brandão, que chefia o departamento subordinado à Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) do Senado.

Primeira publicação em braille do Senado, em 1998, a Constituição para os deficientes visuais já foi atualizada oito vezes. Com cerca de 500 exemplares em cada tiragem, distribuídas às instituições cadastradas na Seep, a edição é o marco das iniciativas da Casa para esse público. O Serviço de Impressão Braille comemora 11 anos de existência em 29 de junho próximo.

Outro marco importante é que o Senado brasileiro, segundo Brandão, continua sendo o único entre os parlamentos do mundo a abrigar departamento voltado especificamente para publicações em braille. Nos EUA esse serviço é terceirizado.

O planejamento das publicações em braille para este ano inclui ainda os códigos Penal Brasileiro, o Civil e o de Processo Civil, todos atualizados. As instituições interessadas nessas publicações devem encaminhar ofício ao diretor-executivo da Seep, Júlio Pedrosa. A secretaria analisa a solicitação e, se for aprovada, é incluída no cadastro do Senado.

O que pode ser consultado

- Atividade legislativa – página inicial, com destaques e formulário para pesquisa.
- Agenda do dia – reuniões e pautas do Plenário ou das comissões do Senado e do Congresso.
- Projetos e matérias – a forma de pesquisa foi modificada. Os campos de informações mudaram e o resultado da pesquisa também. É possível se cadastrar para acompanhar as matérias. • Plenário do Senado e do Congresso – traz a ordem do dia, resultados das discussões e votações de dias anteriores, além de prazos, pronunciamentos, tudo com texto integral.
- Comissões do Senado, comissões mistas, conselhos do Senado e conselhos do Congresso – pautas, composição e resultados das reuniões de todas as comissões.
- Resenha mensal e relatório anual das atividades legislativas.
- Diários do Congresso e do Senado Federal.
- Acompanhamento automático por correio eletrônico.
- Sistema RSS (Really Simple Syndication), que dá acesso mais rápido a informações como projetos, substituição de senadores e líderes.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Helival Rios
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Jr.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes e Sylvio Guedes.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Lei do Estágio ainda gera polêmica

Reportagem da Rádio Senado mostra que as opiniões continuam divididas após quatro meses de vigência da nova legislação

Tirar cópias, carimbar documentos, ou ser escalado para atender telefone, organizar agendas e levar cafezinho para o chefe. No papel, a Lei do Estágio prevê o fim do desvirtuamento profissional dos estagiários. Mas a nova lei vai pegar? As opiniões estão divididas, como mostra o programa *Reportagem Especial* da Rádio Senado.

A lei surpreendeu muita gente e as vagas caíram drasticamente. Para piorar, a crise econômica mundial abalou o mercado de trabalho, e o que era para ser festejado virou drama: em dezembro, as vagas para contratação de estagiários foram reduzidas em 60%, comparativamente a setembro, quando foi sancionada a Lei do Estágio. O autor, senador Osmar Dias (PDT-PR), representantes do Centro de Integração Empresa-Escola, do Núcleo Brasileiro de Estágio e da Associação Brasileira de Estágios, e pesquisadores, universidades, estudantes e empregadores contam um pouco dessa história no programa, que envolve diretamente mais de 1 milhão de pessoas no país. Dois estagiários de jornalismo da Rádio Senado, Thomas Guida Bernardo e Juliana Cury, também dão seus depoimentos pessoais.



JOSÉ PAULO LACERDA/CNI

Vinicius Uriel (E), estagiário contratado pela Mirante Tecnologia, recebe orientações de trabalho de Danilo Custódio (de pé), diretor da empresa

Conheça o Senado Federal.
Você também vai se encantar.

Diariamente, das 9h30 às 17h
Inclusive sábados, domingos e feriados

Acesso pela rampa principal do Congresso Nacional
Saídas a cada 30 minutos

www.senado.gov.br

VISITE O SENADO



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite: B1

Transponder: 11 A2

Polarização: horizontal

Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1

Transponder: 1 Banda Estendida

Polarização: vertical

Frequência: 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L):

1.505,75 MHz

Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz

Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Esperança em Obama

"A posse de Barack Obama na Presidência dos Estados Unidos, a história de sua vida e a sua origem são simbólicas para africanos e países mestiços como o Brasil. A importância de sua eleição se reflete em nossas consciências por conta, especialmente, dos aspectos abrangentes da democracia na sociedade norte-americana, que conduz a um ambiente diferenciado de oportunidades. Como negro, aposto no sucesso de seu governo como um referencial para a acañhada inserção das minorias nas estruturas da sociedade brasileira. Num momento tão importante e delicado da política internacional, Obama representa, também, maior atenção para a tolerância e para o diálogo permanente. E isto não é pouco, quando dirigentes e pensadores atuais ainda mantêm o olhar em práticas ultrapassadas."

Aldo Moraes, de Londrina (PR)

PEC dos Vereadores

"Revoltante a atitude do presidente do Senado, Garibaldi Alves, de desconsiderar a rejeição da PEC dos Vereadores pela Câmara dos Deputados, sob o frágil argumento de que foi um 'ato de hostilidade'. Se parte do trâmite legislativo envolve decisões, não é possível chamar de 'hostilidade' o posicionamento de qualquer parte. Agora o assunto será avaliado pelo STF, por meio do mandado de segurança impetrado pelo Senado. Caso o STF julgue o mandado procedente, não haverá um rompimento da isonomia entre os Poderes? Não estaria o Judiciário legislando? E afinal, será que o Brasil precisa realmente de mais 7 mil vereadores?"

Leonardo Fafredlines Albert, de Caxias do Sul (RS)

Troca de nome

"É louvável a matéria exibida pelo **Jornal do Senado**, intitulada 'Mudar de nome é possível', já que a maioria da sociedade não tem conhecimento do assunto abordado. A matéria deu uma visão mais ampla

sobre os nossos direitos. Agora, se a lei fixa que no primeiro ano, depois de atingir a maioridade civil (18 anos), a pessoa poderá alterar o prenome, desde que não modifique os sobrenomes, pergunto: qual a diferença em mudar o sobrenome também? Se existe a possibilidade de mudar o nome, a meu ver, o cidadão tem todo o direito de mudar seu sobrenome, até porque é algo que 'recebemos' dos nossos pais e que muitas vezes não aceitamos de maneira confortável. Lembrando que, se é preciso provar que a mudança no nome não será usada para evitar compromissos jurídicos e financeiros, entre outros, não vejo mal algum em fazer a troca de nome e sobrenomes."

Joerlan Sena Santa Bárbara, de Feira de Santana (BA)

Reciclagem

"Há anos recebo o **Jornal do Senado**. E em minha casa guardo centenas de exemplares. Acredito que milhares de assinantes deste excelente veículo de informação não devem ter destino certo para dá-los. Sugiro uma política de devolução para a Gráfica do Senado (via correio), para que sejam reciclados e transformados em novos jornais. O meio ambiente agradece."

Edimilson de Oliveira Costa, de José de Freitas (PI)

Ganhos e perdas

"Parabenizo o INSS por conceder aposentadoria em tempo recorde (30 minutos), mas, ao mesmo tempo, considero lamentável o esquecimento em relação à correção das perdas referentes ao benefício."

Zenilton da Silva Mira, de Salvador (BA)

Arrendamento residencial

"Estou indignado com a Caixa Econômica Federal, que promoveu o PAR – Programa de Arrendamento Residencial. Sugiro que o governo federal intervenha em relação a esse assunto."

Luiz Augusto Carregal, de Itaguaí (RJ)

frases



A partir deste momento, eu sou candidato à Presidência do Senado. Não desejei, não quis, mas não pude deixar de atender às solicitações que recebi de muitos senadores de quase todos os partidos e de alguns setores da sociedade para que eu aceitasse essa missão

José Sarney, ao anunciar sua candidatura à Presidência do Senado.

Na época, me chamaram até de doido, pois eu reduzi a previsão de crescimento da nossa economia de 4,5% para 3,5%. Para compatibilizar, fizemos um corte de R\$ 12 bilhões. Mas a situação piorou depois disso e o governo está correto. É preciso cautela nestes momentos

Delcídio Amaral, relator do projeto do Orçamento da União de 2009, apoiando a decisão do governo de promover um contingenciamento de R\$ 37,2 bilhões na lei orçamentária deste ano.

Se Sarney acha que a base do governo no Senado deve ter candidatura única, ele pode retirar a dele. A minha candidatura representa a renovação do Senado

Tião Viana, reafirmando sua disposição de disputar com o senador José Sarney até o último segundo antes da eleição.

A visão de que os recursos naturais eram infinitos caiu por terra. Precisamos mudar essa percepção, criar um novo caminho, ou ao menos uma nova maneira de caminhar. Daí a importância da educação

Marina Silva, na abertura do Fórum Mundial da Educação, em Belém.

É uma demonstração cabal de que o governo não está preocupado com a moralidade pública. Reconhecer entidades com graves vícios administrativos é estimular a corrupção no Brasil

Heráclito Fortes, criticando a decisão do governo de renovar a certificação de entidades beneficentes de assistência social



J. FREITAS

Hoje, não é o setor majoritário do campo que se envolve nessas práticas criminosas. É um setor reduzido, mas com muita força política, com forte representação no Congresso Nacional, que, muitas vezes, influencia negativamente para breçar iniciativas que fortaleçam e aprofundem a luta pela erradicação do trabalho escravo

José Nery, apontando as dificuldades para combater o trabalho escravo no país

Temos que ajudar com nossos votos a construção de mudanças aqui dentro. O Senado não vai bem, tem que melhorar, em primeiro lugar. E em segundo queremos o compromisso do presidente que vier a ser eleito com relação à democracia, garantias às minorias e fortalecimento do Legislativo

Sérgio Guerra, sobre a eleição para a Presidência do Senado.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

Mozarildo alerta para cobiça estrangeira na Amazônia

"O que o Senado Federal tem feito para fiscalizar as ONGs estrangeiras na Amazônia Legal?"

Eliel Feitosa da Silva, de Brasília (DF)

O senador **Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)** responde:

O Senado tem acompanhado com preocupação o problema que já foi investigado por uma CPI das ONGs que eu presidi e agora por outra, presidida pelo senador Heráclito Fortes. Verificamos que há ONGs desonestas que atuam na região, compradores de floresta e grupelhos brasileiros e estrangeiros com interesses escusos. É preciso passar pente fino nas políticas

da Amazônia para que ela continue brasileira. O presidente Lula tem razão quando diz que a Amazônia parece pia de água benta, em que todo o mundo põe a mão. Defendo uma mobilização não apenas do Senado, mas uma mobilização nacional para estudar o que deve ser permitido fazer na Amazônia, sem esquecer o crucial aspecto da soberania, uma vez que o Brasil não possui contingentes da Polícia Federal ou do Exército em número suficiente para garanti-la. Na verdade hoje está muito na moda distorcer dados científicos ao bel-prazer e culpar os amazônidas por todas as mazelas da região. As pessoas de boa-fé acham que só existem ONGs bem-intencionadas. Só para tratar de assuntos indígenas, são mais de 200 mil [ONGs]. É uma ONG para cada cinco índios. A demarcação de grandes áreas para os índios também representa ameaça à Amazônia. É o caso da demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol,

em Roraima, numa região de fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana, que é alvo de grande cobiça estrangeira, com potencial para trazer dificuldades para a defesa e a soberania do território brasileiro.

A Polícia Federal prendeu dois cidadãos norte-americanos dentro da reserva, sem autorização das autoridades brasileiras, que é pré-requisito obrigatório para entrar na reserva. Afirmando mais uma vez que demarcar essa reserva numa região sensível de soberania e potencialmente rica em minérios foi um ato inconsequente e insano do governo federal.



GERALDO MAGELA

Enfim, você é dono do número do seu próprio telefone

A portabilidade numérica chegou ao sistema de telefonia do país em 1º de setembro do ano passado, atingindo, em uma primeira etapa, 714 cidades brasileiras. Segundo a Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações (ABR Telecom), entidade administradora do serviço, o Brasil se junta a outros 39 países que já permitem que os clientes mantenham o seu número de telefone ao mudar de operadora ou de endereço. Saiba como funciona esse recurso, quantos consumidores já foram beneficiados e o calendário de implantação em todo o país.

Mudança chega para todos os usuários em março e custa R\$ 4

Implantada pela primeira vez em Cingapura, a portabilidade numérica deve estar disponível para mais de 175 milhões de usuários de telefones fixos e celulares no Brasil em 2 de março, quando todos os 67 DDDs do país terão acesso ao novo serviço, segundo informações da ABR Telecom. Para os telefones fixos, no entanto, a troca só pode ocorrer dentro do mesmo município ou região metropolitana. Já para os telefones celulares, é possível mudar de operadora e permanecer com o número dentro das áreas que têm o mesmo DDD.

Para utilizar o serviço, o cliente faz o pedido à operadora para a qual deseja migrar. Essa operadora remete a solicitação à ABR Telecom, que irá acionar a

empresa de onde o usuário deseja sair. Esse processo atualiza a Base de Dados Nacional de Referência (BDR) e a Base de Dados Operacional (BDO) das operadoras. O pedido é atendido em até cinco dias úteis, mas a previsão é de que esse prazo caia para três dias úteis no segundo ano de vigência da portabilidade no país.

Após solicitar o serviço, o usuário ainda tem dois dias úteis para desistir da mudança e comunicar a decisão à operadora à qual havia pedido para migrar. As operadoras podem cobrar uma taxa dos clientes para a mudança, cujo valor, conforme as normas da Anatel, é de R\$ 4. A portabilidade não se aplica de número fixo para móvel ou vice-versa.



FLICKR

Celulares são um dos principais alvos do sistema de portabilidade, que deverá incentivar a concorrência entre operadoras e beneficiar os usuários

Pedidos de migração devem respeitar fidelização de planos

Até 26 de janeiro, 280.387 usuários de telefones já haviam solicitado a portabilidade. Desse total, 183.863 pedidos referiam-se a telefones móveis e 96.524 a telefones fixos. Os pedidos de portabilidade concluídos chegam a 181.521, sendo 121.089 da telefonia móvel e 60.432 da telefonia fixa.

Os clientes que quiserem fazer a migração para outra operadora e estiverem dentro do prazo de fidelização – cujo período máximo deve ser de 12 meses – com a empresa

atual somente deverão pagar multa se no contrato estiverem previstas vantagens, como aparelhos celulares gratuitos ou planos com desconto. Os benefícios devem ser observados pelas operadoras que receberão novos clientes e quiserem exigir contrato de fidelidade.

Na página da ABR Telecom, na internet (no link “portabilidade numérica – consulta de operadora”), é possível saber a operadora à qual o número de telefone está vinculado.

Nos Estados Unidos, o benefício chegou há dez anos

Saiba quando a portabilidade foi implantada em alguns países do mundo e a previsão de chegada do serviço em outras nações.

Cingapura: 1997
Japão: em 2001, para telefones fixos, e em 2006 para celulares
Coréia do Sul: 2004
Israel: dezembro de 2007
Estados Unidos: em 1999, para telefones fixos, e em 2003 para celulares
Canadá: maio de 2007
México: julho de 2008
França: janeiro de 1998

Espanha: outubro de 2000
Suécia: 1999
Alemanha: 1998
Itália: abril de 2002
Portugal: junho de 2001
Austrália: 1999
Nova Zelândia: 2007
Equador: prevista para o segundo semestre de 2009
Peru: prevista para 2010
Índia: prevista para o início de 2009

Confira quando sua cidade terá o serviço

Até a semana passada, a portabilidade havia chegado a 51 dos 67 DDDs do país, atendendo 110 milhões de usuários em 4.668 municípios, além de 22 capitais – ainda falta chegar a Belém, Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

O serviço, que está em sua décima etapa de implantação – desde 1º de setembro de 2008 até 26 de janeiro –, já pode ser solicitado pela totalidade dos usuários de 18 estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Nos demais estados, só algumas localidades. A previsão é de que até a primeira semana de março o serviço esteja disponível em todo o território nacional. Confira o calendário:

2 de fevereiro	e Petrópolis
PARÁ	16 de fevereiro
• 93 (Santarém) e	PERNAMBUCO
• 94 (Marabá)	• 81 (Recife) e
PARANÁ	• 87 (Petrópolis)
• 45 (Foz do	2 de março
Iguaçu) e	PARÁ
• 46 (Pato Branco)	• 91 (Belém)
SÃO PAULO	GOIÁS
• 19 (Campinas)	• 64 (Itumbiara e
9 de fevereiro	Caldas Novas)
DISTRITO FEDERAL	MATO GROSSO
• 61 (Brasília e	• 66 (Rondonópolis
entorno)	e Alto Araguaia)
RIO DE JANEIRO	RIO GRANDE DO SUL
• 21 (capital),	• 53 (Bagé)
• 22 (Macaé) e	SÃO PAULO
• 24 (Angra dos	• 11 (capital)
Reis, Volta Redonda	

Saiba mais

Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações (ABR Telecom)

SEPS/EQ 702/902, conjunto B, bloco B – 4º andar
Brasília-DF – CEP 70.390-025
(61) 2105-0606
abr@abr.net.br
www.abrtelecom.com.br

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

SAUS quadra 6, blocos C, E, F e H
Brasília-DF – CEP 70.070-940
(61) 2312-2000
Central de Atendimento: 133
www.anatel.gov.br